

COMMONS

Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital

Publicación bianual

Volumen 5, Número 2 pp. 118-147

ISSN 2255-3401

Diciembre 2016

PRODUÇÃO AUDIOVISUAL NAS LUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO BRASIL: DIMENSÕES COMUNICACIONAL E EPISTEMOLÓGICA

Marina Tarnowski Fasanello / Inesita Soares de Araujo / Marcelo Firpo Porto

Fecha de envío: 6/8/2016

Fecha de aprobación: 4/11/2016

PRODUÇÃO AUDIOVISUAL NAS LUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO BRASIL: DIMENSÕES COMUNICACIONAL E EPISTEMOLÓGICA

AUDIOVISUAL PRODUCTION IN THE STRUGGLES OF RURAL SOCIAL MOVEMENTS IN BRAZIL: COMMUNICATION AND EPISTEMOLOGICAL DIMENSIONS

Marina Tarnowski Fasanello
marina.fasanello@icict.fiocruz.br
 Fundação Oswaldo Cruz

Inesita Soares de Araujo
inesita.araujo@icict.fiocruz.br
 Fundação Oswaldo Cruz

Marcelo Firpo Porto
marcelo.firpo@ensp.fiocruz.br
 Fundação Oswaldo Cruz

Resumo

O artigo aborda a potencialidade da produção audiovisual, em especial o documentário, como estratégia de lutas sociais envolvendo dimensões comunicacionais e epistemológicas. Referencia-se na produção recente de documentários que resultou de alianças realizadas no Brasil entre movimentos sociais do campo, cineastas e grupos militantes de investigação em torno das lutas contra as consequências do agronegócio e dos agrotóxicos, assim como a favor da agricultura camponesa e agroecológica. Tais lutas evidenciam a relação intrínseca entre as dimensões comunicacional e epistemológica: a negociação e luta dos sentidos se dá por processos eminentemente comunicacionais, ao mesmo tempo que potencializam a construção de epistemologias do Sul. Temas como alimentação, terra, reforma agrária e o reencontro entre produção, trabalho e natureza possibilitam diluir fronteiras entre ciência, política, cultura e arte. Argumentamos que o cinema, por suas potencialidades criativas de expressão, dialogicidade e polifonia, propicia novas formas de compreender e expressar temas complexos e sensíveis.

Palavras chave

comunicação e saúde; audiovisual; lutas sociais; agrotóxicos; agroecologia; Brasil.

Abstract

The article discusses the potential of audiovisual production, especially the documentary, as a strategy of social struggles involving communicational and epistemological dimensions. It refers to the recent production of documentaries that resulted from alliances made in Brazil amongst rural social movements, filmmakers and activist research groups around the struggles against the consequences of agribusiness and pesticides, as well as in favor of peasant and agroecological agriculture. Such struggles highlight the intrinsic relationship between the communicational and epistemological dimensions: the negotiation and struggle of meanings takes place through eminently communicational processes, at the same time that they potentiate the construction of epistemologies of the South. Topics such as food, land, agrarian reform and the reencounter between production, labour and nature make possible to merge the boundaries between science, politics, culture and art. We argue that cinema, through its creative potentialities of expression, dialogicity and polyphony, provides new ways of understanding and expressing complex and sensitive themes.

Keywords

communication & health; audiovisual; social struggles; pesticides; agroecology; Brazil.

1. Introdução: o audiovisual na luta contra o agronegócio e os agrotóxicos pelos movimentos sociais do campo

Este artigo busca analisar o potencial da produção audiovisual, em especial o documentário, enquanto estratégia de comunicação, visibilidade de lutas políticas de movimentos sociais, mas também enquanto espaço de produção de conhecimentos na perspectiva das epistemologias do Sul, particularmente da ecologia de saberes. A

discussão encontra-se ancorada em experiências brasileiras dos últimos anos de produção de documentários que resultaram de articulações envolvendo movimentos sociais do campo, cineastas e grupos acadêmicos críticos em torno de duas bandeiras de luta. De um lado, a luta contra o modo predatório do agronegócio e o uso intensivo de agrotóxicos; de outro, a luta pela reforma agrária e o desenvolvimento de uma agricultura familiar e agroecológica.

A relevância do tema dos agrotóxicos e a existência de uma Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida no Brasil surgida em 2011 vêm possibilitando alianças entre movimentos sociais do campo com grupos acadêmicos críticos, em especial da saúde pública brasileira, dada a relevância dos temas ambiental e de saúde relacionados aos agrotóxicos. Nas últimas quatro décadas, diversos movimentos sociais ressurgem no Brasil com pluriagendas e suas novas modalidades de lideranças (Gohn, 2008), que trazem novas e velhas bandeiras com o protagonismo de sujeitos políticos coletivos que emergem nessas lutas. Inúmeras questões são mobilizadas e emergem movimentos sociais no campo (Oliveira, 2001) a partir das lutas por camponeses e agricultores familiares pela reforma agrária e pela agroecologia. Tais lutas abrangem muitas questões, como a busca de afirmação de identidades, territórios, culturas e cosmovisões, com o resgate e ressignificação dos sentidos de vida, trabalho, saúde e natureza. Questionam-se os modelos de sociedade existentes e são colocadas como alternativas economias mais solidárias e mercados não subordinados às grandes corporações e à lógica capitalista, com sua busca pelo lucro, exploração predatória do trabalho e da natureza (Porto, 2012).

Os referenciais teóricos e políticos dessas lutas sociais têm crescentemente ampliado as visões mais clássicas do marxismo e das teorias críticas para incorporar, especialmente a partir da virada do século, abordagens contra hegemônicas no âmbito da investigação social. Abordagens pós-coloniais, em especial a partir da obra do investigador Boaventura de Sousa Santos e proposições como a das epistemologias do Sul e a da ecologia de saberes têm sido cada vez mais frequentes nos trabalhos de grupos acadêmicos de distintas áreas do conhecimento, inclusive a denominada saúde coletiva no Brasil (Rigotto *et al.*, 2012).

Tanto os movimentos sociais como as várias instâncias de articulação na forma de campanhas, fóruns e redes envolvidos em lutas sociais reconhecem cada vez mais a necessidade de obter visibilidade perante a sociedade para legitimar suas lutas. Para tanto, recorrem a narrativas com diversas possibilidades discursivas, dentre outras, a produção e circulação de audiovisuais. Tais narrativas, contudo, concorrem com a mídia hegemônica e a difusão de versões da realidade produzidas pelo jornalismo e o marketing patrocinado pelas grandes corporações e os interesses do mercado econômico. Como observa Detoni (2010), a produção audiovisual do jornalismo hegemônico contemporâneo atua não para provocar e promover consciência social, mas sim para direcionar ou anestesiar emoções e afetos diante da realidade exposta, o que se coaduna com a obra de Chomsky (1995) sobre os controles dos meios de comunicação. A televisão, seus noticiários e propagandas repassam informações descontextualizadas, despolitizando e neutralizando os fatos. Narrativas são editadas em lógicas de info-entretenimento, que dão a sensação de um mundo que permanentemente segue, independente do telespectador: tragédias acontecem, pessoas morrem, mas noticiários e programas dão a ideia que o mundo continuará existindo, ajudando dessa forma a “acalmar” a quem os assiste e banalizar a realidade. Para enfrentar essa situação e usar a produção do audiovisual em uma perspectiva popular e transformadora, várias estratégias utilizadas como a mencionada por Previtali *et al.* (2013) abordam a relação entre cinema, educação e movimentos sociais a partir de uma experiência do uso de alguns clássicos do cinema brasileiro de ficção ou não-ficção como prática pedagógica e formação política junto ao Movimento Popular pela Reforma Agrária. Tais experiências de comunicação popular não são recentes, tendo se intensificado na América Latina desde os anos 1970 e 1980 a partir de processos de comunicação que emergem da ação de grupos populares (Beltrán, 2006).

Essa relação da comunicação com as lutas populares e movimentos sociais guarda profunda aproximação com a educação popular e a pedagogia da transformação no trabalho de autores como Paulo Freire. Nessa linha, Kaplún (1999) afirma que educar-se é envolver-se em um processo de múltiplos fluxos comunicativos em que educandos assumem-se cada vez mais como sujeitos de conhecimento e transformação em processos sociais de aprendizagem. A matriz freireana e dialógica continua viva tanto na construção de alternativas para uma comunicação popular e democrática, como também se articula com as ideias de subalternidade do projeto modernidade/colonialidade e das epistemologias do Sul, as quais aprofundaremos mais a frente.

Nos últimos anos, a democratização dos meios de comunicação como as rádios comunitárias e a internet, assim como a popularização de vídeos, ampliaram alternativas de comunicação popular como estratégia de enfrentamento da mídia hegemônica. Mudanças tecnológicas associadas ao barateamento dos equipamentos digitais e da popularização da internet vêm ampliando possibilidades de produção de audiovisuais com alto potencial de apropriação e uso por iniciativas de comunicação popular.

Tendo como foco a articulação entre cineastas, movimentos sociais do campo e grupos acadêmicos engajados, interessa-nos discutir dois elementos dessa aliança: (1) a comunicação no contexto das lutas sociais a partir da produção de documentários; (2) o modo pelo qual a produção cinematográfica permite abordar novas epistemologias e constituem um espaço privilegiado para experimentos sociais de transição paradigmática e ecologia de saberes. A associação desses dois elementos será mediada pelo enfoque das epistemologias do Sul e da ecologia de saberes (Santos, 2007).

A articulação entre movimentos sociais, cineastas e a academia pode ser vista como inovadora não apenas em sua dimensão comunicacional, mas também como construção de novas formas de produzir conhecimentos. A discussão sobre os agrotóxicos é exemplar nesse sentido, pois contribui para a articulação campo-cidade e a transição paradigmática resultante de embates tanto políticos como epistemológicos. Os agrotóxicos e seus efeitos à saúde e ao meio ambiente são objetos de conhecimento que envolvem dimensões técnico-científicas muito especializadas, como a clínica, a toxicologia, as ciências ambientais e do risco, amplamente influenciadas por uma lógica de produção e dominação vinculada às epistemologias do Norte. Há, portanto, um grande desafio de caráter tanto epistemológico quanto político para o campo da comunicação, no sentido de serem construídos processos que expressem para a sociedade o que está em jogo nesse embate.

O contexto em que a produção de documentários tem se dado no Brasil a partir de lutas sociais em andamento que enfrentam o modelo agrícola dominante e o uso intensivo de agrotóxicos pode ajudar a compreender melhor as muitas questões envolvidas.

2. A luta contra o agronegócio e os agrotóxicos no Brasil, formação de alianças e produção audiovisual

São diversos os movimentos sociais do campo, da floresta e das águas no Brasil que vêm lutando, de um lado, contra o uso intensivo de agrotóxicos e seus impactos à saúde, decorrentes da expansão do agronegócio e dos monocultivos, culminando com o fato do Brasil, desde 2008, ter se tornado o maior consumidor mundial de agrotóxicos. Por outro, lutam pela reforma agrária, pela agroecologia, pela segurança e soberania alimentar, bem como por uma saúde do campo que reconheça as necessidades dessas populações e seus saberes (Rigotto *et al.*, 2012). Dentre os movimentos sociais envolvidos em tais lutas destacam-se a Via Campesina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e a Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

Esses movimentos foram apoiados desde o início do governo do presidente Lula por políticas públicas que, no âmbito do Programa Fome Zero, fortaleceram, ainda que de forma contra hegemônica, a agricultura familiar e camponesa, bem como a transição agroecológica. Entre as políticas relevantes desse período destacamos a atualização e ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), este último ampliando a inserção do agricultor familiar em escolas públicas do país (Hespanhol, 2013). Além disto, em 2013 foi criado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), cuja implantação passou a ser crescentemente restrita com o agravamento da crise política e institucional brasileira, principalmente a partir de 2015, a qual recentemente culminou com o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e seu afastamento do governo, em processo denunciado por vários grupos como um golpe midiático, parlamentar e jurídico. Mesmo antes da crise, o governo de coalizão do Partido dos Trabalhadores (PT) apresentava uma série de contradições, pois ao mesmo tempo em que apoiava medidas a favor da agricultura familiar, subsidiou fortemente medidas de incentivo ao agronegócio de exportação, com o suporte de vários grupos conservadores no Congresso Nacional.

Mesmo com tais contradições, desde 2003 o governo do PT conseguiu implementar políticas importantes para a agricultura familiar em sua relação com a reforma agrária e a agroecologia, inclusive em setores como a saúde, como a criação pelo Ministério da Saúde (MS), em 2011, da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta e das Águas (PNSIPCF) no âmbito do Grupo da Terra, uma instância de diálogo criada em 2005 dentro desse ministério. Tais populações incluem, além dos agricultores familiares, camponeses e trabalhadores rurais, diversas populações que habitam territórios não urbanos, incluindo os chamados povos tradicionais, como quilombolas, pescadores tradicionais, ribeirinhos, marisqueiros, caiçaras, além de populações tradicionais de regiões específicas do Brasil, como os geraizeiros e os faxinalenses, dentre outros (Little, 2002).

As populações consideradas da floresta, do campo e das águas no âmbito da PNSIPCF vivenciam uma grande variedade de situações, pois são habitantes e trabalhadores de territórios específicos cujos modos de vida e relação com a natureza espelham uma relação histórica mais profunda imersa na cultura e cosmovisões desses povos. Para autores como Van der Ploeg (2008) e Petersen (2009), diversas comunidades do campo possuem uma condição camponesa caracterizada pela luta para a autonomia, mediante a autogestão de recursos compartilhados e de iniciativas associativas, fazendo com que o modo de produção camponês na atualidade, ainda que adaptado e diversificado, seja profundamente diferente do adotado pela empresa agrícola moderna ou pelo agronegócio como agricultura capitalista industrializada. Há, portanto, uma permanente resistência por parte da agricultura familiar camponesa para não se subordinar à lógica do agronegócio e da chamada revolução verde moderna. Esta representa a moderna agricultura empresarial no capitalismo globalizado com a produção de commodities rurais, num processo desenvolvido principalmente ao longo do século XX e que persiste na atualidade marcada pela intensa mecanização, ampliação de monocultivos, dependência de agroquímicos e, mais recentemente, introdução de biotecnologias como os transgênicos.

Aqui, concentraremos a atenção nas populações de agricultores familiares e camponeses articulados com alguns dos movimentos sociais citados, especificamente o MST, o MPA, a CONTAG e a ANA.

As lutas dos movimentos sociais do campo surgidos principalmente nos últimos quinze anos no Brasil passaram a incluir articulações com diversos grupos de investigadores críticos, apoiados em pesquisas participativas com referenciais como a pesquisa-ação, ciência militante e ecologia de saberes (Rigotto *et al.*, 2012; Porto, Rocha & Finamore, 2014; Carneiro *et al.*, 2015). Três exemplos de ações relacionados a essas lutas são marcantes no contexto brasileiro:

(i) A “Campanha Permanente contra Agrotóxicos e pela Vida” (<http://www.contraosagrototoxicos.org/>) é uma coalização capitaneada por movimentos sociais do campo com diversas organizações que têm por objetivo sensibilizar a população brasileira para os riscos que os agrotóxicos representam e, a partir daí, tomar medidas para reduzir e eliminar seu uso no Brasil. Segundo a Campanha, atualmente existem provas dos inúmeros problemas causados pelos agrotóxicos tanto para quem o utiliza na plantação, quanto para quem o consome em alimentos contaminados. Ao mesmo tempo existem alternativas concretas, pois milhares de agricultores familiares no Brasil já adotam a agroecologia e produzem alimentos saudáveis com produtividade suficiente para alimentar a população. Segundo o censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2006, 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros são familiares e, destes, 71% não utilizariam agrotóxicos (Petersen, 2009). Portanto, mais que eliminar o uso dos agrotóxicos, a luta é por outro modelo de desenvolvimento agrário que valoriza a agricultura familiar e a agroecologia ao invés dos agrotóxicos e transgênicos, que investe no fortalecimento do campesinato e não do agronegócio, que considera a vida mais importante do que o lucro das empresas. A Campanha foi lançada em 2011 no dia mundial da saúde (7 de abril) reunindo a Via Campesina, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e o Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional (FBSSAN). A Campanha recebeu adesões de sociedades científicas como a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e de instituições públicas como a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e o Instituto Nacional do Câncer (INCA). Além dessas, outras entidades vêm se somando em mais de vinte comitês estaduais no Brasil e em diversos comitês locais. Inicialmente enfocando a contaminação dos alimentos por agrotóxicos, foi produzido o documentário “O Veneno está na Mesa”, em parceria com o cineasta Silvio Tandler, um dos mais importantes documentaristas brasileiros da atualidade. Como veremos mais a frente, o filme tem possibilitado uma maior visibilização da Campanha, ampliando o debate e aproximando as relações campo-cidade, por exemplo, através do maior envolvimento dos consumidores de alimentos no questionamento ao modelo de produção agrícola do agronegócio.

(ii) O “Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos” (<https://www.facebook.com/forumnacionaldecombateaosimpactosdosagrototoxicos/>) funciona como rede articuladora de caráter mais institucional de ações concretas de combate aos impactos dos agrotóxicos no país. Ele promove articulação entre governos e sociedade civil para o enfrentamento dos efeitos nocivos dos agrotóxicos à saúde do trabalhador, do consumidor e do meio ambiente. Coordenado pelo Ministério Público do Trabalho, foi criado em 2009 a partir da experiência do Fórum surgido no estado de Pernambuco em 2001 em função do quadro preocupante de contaminação de trabalhadores e do meio ambiente na região. O Fórum reúne diferentes setores de governo, movimentos sociais, sindicatos, organizações governamentais e não governamentais, associações profissionais, universidades e entidades acadêmicas. Sua natureza mais institucional se diferencia da forma organizativa mais militante e combativa da Campanha, coordenada por movimentos sociais do campo. Por intermédio do Fórum, o Ministério Público realiza, entre outras atividades, audiências públicas, investigações e firma Termos de Ajustes de Conduta (TAC) para a redução e restrição do uso de agrotóxicos. Atualmente, cerca de quinze estados já constituíram seus fóruns e estão organizados em comissões para auxiliar as atividades dos ministérios públicos.

(iii) O “Dossiê Agrotóxicos: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde” (http://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wp-content/uploads/2013/10/Dossi_eAbrasco2015_web.pdf) foi produzido pela ABRASCO. É uma reunião de textos produzidos desde 2012, lançado como livro em 2015 e tem sido amplamente usado e referenciado por movimentos sociais e organizações envolvidos tanto na Campanha como no Fórum, citados anteriormente. O Dossiê está organizado em quatro partes. A primeira tem foco na segurança e soberania alimentar, a segunda dialoga com os grandes dilemas do desenvolvimento e a terceira parte tem o foco na ciência e na ecologia de saberes. A quarta e última parte, denominada a crise do paradigma do agronegócio e as lutas pela agroecologia, traz uma atualização sobre os debates em torno do tema realizados até o ano de 2014, alertando também para a tendência à desregulamentação dos agrotóxicos no Brasil como decorrência da pressão do setor do agronegócio e dos novos projetos de lei apresentados no Congresso Federal pela chamada bancada ruralista, em especial a partir do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff iniciado em 2011. A proposta do dossiê surgiu em 2011, diante da constatação da

crescente gravidade do problema dos agrotóxicos no Brasil. A magnitude do problema é ampliada pelas dificuldades do Estado e da sociedade brasileira em garantir o direito à saúde neste campo. Outro elemento que resultou no Dossiê foi a forte aproximação de grupos de pesquisa vinculados à ABRASCO com movimentos sociais do campo e ligados à agroecologia.

Na apresentação do Dossiê, a Direção da ABRASCO afirma que o livro tem por base uma proposta de ciência engajada, militante ou cidadã realizada por pesquisadores da saúde coletiva junto com os movimentos sociais. Esse trabalho tem produzido discursos contra hegemônicos sobre o tema dos agrotóxicos, os quais enfatizam a determinação social na produção de iniquidades sociais com repercussões nos processos de saúde e doença.

O conceito de determinação social da saúde é de especial relevância no desenvolvimento, desde os anos 1970, da chamada Medicina Social latino-americana e na construção da saúde coletiva no Brasil. A teoria da determinação social, produzida na América Latina a partir de autores como o equatoriano Jaime Breilh (2006), compreende as relações sociais de produção, os sistemas econômicos e de poder enquanto produtores e reprodutores de desigualdades sociais com implicações sobre os processos saúde-doença das populações. Isso ocorre basicamente pela forma como o capitalismo e suas lógicas de acumulação se desenvolvem em dado contexto histórico, social e espacial, produzindo desigualdades sociais que influenciam nos processos de adoecimento e morte (morbimortalidade) das populações. Trata-se, portanto, de um conceito central não apenas no conjunto da saúde coletiva, mas na construção de discursos que permitem denunciar o mal do agrotóxico em sua relação com a agricultura industrial e empresarial capitalista no contexto atual da globalização e do comércio internacional. Para além da denúncia, essa abordagem se alia à perspectiva de agricultura camponesa e agroecológica contra hegemônica, que é silenciada pelo poder do discurso ideológico expresso na mídia dominante e de várias instituições. Por isso o Dossiê também considera a agricultura camponesa e agroecológica como alternativa ao agronegócio capitalista.

Fruto de todas essas frentes de caráter simultaneamente social, político e epistemológico, a produção e a circulação de documentários produzidos por cineastas articulados com movimentos sociais e grupos acadêmicos existentes passou a ser uma estratégia utilizada nos últimos anos. Dentre os exemplos mais conhecidos no Brasil encontram-se dois documentários dirigidos pelo cineasta Silvio Tendler, em parceria com a Campanha Permanente Contra Agrotóxicos, chamados o “O Veneno está na Mesa” –já mencionado anteriormente– e “O Veneno está na Mesa 2”, nos quais os movimentos sociais como a Via Campesina, o MST e o MPA tiveram especial relevância na construção da proposta; “Chapada do Apodi: Morte e Vida” de Tiago Carvalho, uma realização da Articulação Nacional de Agroecologia em conjunto com o Canal Saúde da Fiocruz; “Pontal do Buriti: Brincando na chuva de Veneno” de Dagmar Talga, envolvendo, além da Campanha contra Agrotóxicos, a Comissão Pastoral da Terra; e “Nuvens de Veneno” de Beto Novaes, uma realização conjunta da Fiocruz, Universidade Federal de Mato Grosso, Secretaria de Saúde de Estado do Mato Grosso, Ministério da Saúde, que contou com a colaboração da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Estas e outras produções de documentários vêm sendo amplamente usadas pelos vários movimentos sociais, instituições e articulações em torno de suas lutas e agendas.

No caso dos filmes “O Veneno está na Mesa 1 e 2”, ambos encontram-se disponíveis em diferentes sites. Apenas no canal do YouTube uma das versões do primeiro já havia tido cerca de 440 mil visualizações até outubro de 2016, enquanto o segundo mais de 260 mil. Podem ser considerados os principais documentários sobre o tema e têm sido amplamente usados como base de debates públicos em inúmeros espaços pela rede de articulação de movimentos sociais e organizações, frequentemente com mesas de debate com a presença do cineasta, representantes de movimentos sociais e de cientistas militantes engajados na Campanha Contra Agrotóxicos.

Outro exemplo relevante é o filme “Nuvens de Veneno”, com mais de 33 mil visualizações no canal do YouTube até outubro de 2016. O estado de Mato Grosso é o maior consumidor de agrotóxicos do Brasil em função da importância dos monocultivos de soja para exportação.

3. Produção social dos sentidos: a dimensão comunicacional das lutas sociais

Na interface da denúncia do modelo do agronegócio e o uso intensivo de agrotóxicos e transgênicos com o anúncio de alternativas camponesas e agroecológicas, urge refletir de forma crítica sobre as dificuldades e empecilhos à escuta das necessidades dos agricultores familiares, camponeses e os movimentos sociais do campo. Percebidas como parte de um processo de silenciamento que resulta não só de uma prática comunicacional sedimentada historicamente, mas que também e fortemente atende a interesses específicos e nunca declarados, essas dificuldades nos cobram um aprofundamento sobre a comunicação implicada na luta pela visibilidade das questões em disputa e, de forma associada, por melhores condições de produzir e fazer circular os sentidos e demandas dos movimentos sociais. Em outros termos, melhores condições dos movimentos serem ouvidos e levados em consideração. É um pouco desse aprofundamento que trazemos aqui, enfocando a dimensão comunicacional das lutas sociais contra as consequências da ação predadora do agronegócio.

Para entender essa dimensão para além de sua superfície, nos valem dos avanços conceituais e metodológicos que a aproximação entre os campos da Comunicação e da Saúde Coletiva tem propiciado nas duas últimas décadas no Brasil, a partir da crítica a uma concepção instrumental, utilitarista e desenvolvimentista da comunicação, ainda dominante na América Latina (Araujo & Cuberli, 2015). As políticas e práticas comunicacionais têm sido enfocadas, no âmbito da Saúde e num esforço contra hegemônico, por uma abordagem que privilegia a ideia de produção social dos sentidos¹ e que, a partir da noção central de contexto (Pinto, 2002), estabelece algumas premissas: as pessoas agem sobre o mundo com os recursos que dispõem; no plano simbólico, ocorre o mesmo e elas agem sobre o mundo com a compreensão que têm sobre o mundo; os sentidos das coisas da vida e do mundo não estão dados previamente, eles se conformam em processos sociais; a conformação dos sentidos se dá sempre em processos de negociação por esses sentidos; em contextos que reúnem forças de desiguais poder essa negociação se reveste de um caráter de luta (Araujo, 2004).

1. A perspectiva da produção social dos sentidos não pode ser debitada a um autor; especificamente, emergindo de um movimento de ideias a partir principalmente dos anos 60, de forma associada à noção de discurso.

A produção social dos sentidos é da ordem comunicacional, uma vez que a negociação/luta dos sentidos se dá por processos eminentemente comunicacionais. O conceito de comunicação como um processo de transferência de informações de um polo emissor a um receptor não permite compreender essa assertiva. Portanto, é necessário converter o olhar e entender a comunicação como um ciclo, um processo de produção circulação e apropriação que é constituído por múltiplos e diversos interlocutores com desiguais poderes não só para produzir, mas também para fazer circular seus modos de ver as coisas da vida e do mundo. Desiguais também são os poderes de apropriação, uma vez que esta depende em parte do acesso aos bens, da mesma forma mal distribuídos (Araujo, 2014).

Por esta via estamos a configurar a comunicação como constituinte de relações de poder, tanto por se referir ao poder simbólico, poder de fazerem outros verem a realidade por determinadas lentes, mas também por estar implicada nas lutas pela transformação dessa realidade, inclusive na luta pelo direito de participar dessa disputa pelos sentidos sociais, direito desigualmente distribuído (idem).

A noção de direito adquire relevo nesse conjunto de ideias, a ponto de constituir uma das faces de sua definição: a comunicação como direito humano. Quando apropriada pelo campo da Comunicação e Saúde, podemos configurar o axioma “Comunicação é Saúde”, entendendo que sem comunicação não se tem Saúde em seu sentido mais abrangente. O direito a comunicação é, portanto, inseparável do direito à saúde (idem).

Quando alguém (pessoa, grupo, instituição, movimento) produz e faz circular algo que expressa seu modo de entender algum aspecto da realidade, está a participar do processo de disputa pelos sentidos, em alguma instância entrando em concorrência por esses sentidos com outros que têm modos distintos de entender a mesma realidade. Por esta senda, mobilizamos a ideia de “discurso concorrente” (Verón, 1980), fundamental para se entender o cenário que estamos a analisar. Os documentários dos movimentos contra

as nefastas consequências do agronegócio são formas de disputar sentidos sobre esse tema. Disputa desigual, ainda, na medida em que a grande mídia não só silencia sobre esses esforços como também hipervisibiliza os discursos laudatórios do agronegócio, em diversos gêneros discursivos (publicidade, noticiário, reportagens especiais, divulgação de pesquisas, etc.), fortalecidos pela existência de canais próprios de televisão em largo espectro (TV a cabo ou por antenas parabólicas, com ampla disseminação no meio rural).

Quando falamos em estratégia comunicacional, estamos a nos referir ao ato de pôr em movimento algum aspecto do circuito produtivo da comunicação. Os movimentos sociais referidos às lutas camponesas, ao produzirem e fazerem circular documentários com sua visão do tema do agronegócio e suas consequências, estão desenvolvendo uma estratégia de comunicação e disputando sentidos no “mercado simbólico” (Araujo, 2004) dos sentidos sobre agrotóxicos, a concentração fundiária e a expansão do monocultivo, o desmatamento, a violência contra camponeses, indígenas e quilombolas, dentre outros.

Essa concorrência simbólica é desigual, pelas diferentes condições de visibilização discursiva, refletindo a desigualdade de poder econômico de quem desenvolve as estratégias. Aqui está o cerne do problema da (in)visibilidade: quem decide o que será mostrado e o que será ocultado? Quem terá a voz amplificada ou silenciada?

A linha abissal de que nos fala Santos (2007) também é aqui traçada nesse cenário, ampliando os processos de exclusão pelo silenciamento sistemático dos discursos que objetivam desconstruir um pensamento e uma prática hegemônicos. O silenciamento pode ocorrer de forma muito evidente, caso da censura em regimes ditatoriais, mas é muito mais eficaz por suas muitas formas sutis, que vão da desqualificação ao completo apagamento, passando por modos de nomeação, que criam atribuem identidades e criam realidades. O caso dos agrotóxicos é exemplar pois, sendo um tema sobre o qual em geral pouco ou nada se fala, é objeto também de outras estratégias, como os empecilhos criados para a obtenção de dados a eles relativos. A própria

terminologia contribui para a sua invisibilização: em vez de agrotóxicos ou veneno, a mídia hegemônica e instituições que servem ao agronegócio e aos poderes dominantes disseminam expressões como defensivos agrícolas ou remédio contra pragas.

Esses processos são reforçados por práticas recorrentes nos meios de comunicação de larga escala, como a monocultura discursiva, representada pela exclusividade da fala institucional em prol do desenvolvimento do agronegócio como base para o crescimento econômico do país; a desqualificação de outras vozes e saberes, expressa nas falas de especialistas e empresários contra a atuação de organizações aliadas aos movimentos sociais e que atuam na Campanha Contra os Agrotóxicos, considerando-as ideológicas ou má ciência (*junkscience*); a desconsideração dos contextos específicos que ignoram as várias formas de exposição e dificuldades de leitura das recomendações técnicas quanto ao “uso seguro” dos agrotóxicos; a abordagem midiática da comunicação que se propõe a difundir informações a partir de especialistas selecionados que revelam “verdades técnicas”, descartando sua dimensão de interlocução com a sociedade, especialmente com os grupos mais atingidos e vulneráveis (Carneiro *et al.*, 2015).

É por esse processo, pela periferização discursiva que pessoas, grupos e movimentos são mantidos à margem dos processos e da vida social e política. Voltamos aqui a Santos (2002), quando identifica cinco formas de produção da não-existência, em sua proposta de uma sociologia das ausências, das quais decorrem identidades desqualificadas. Tais processos são construídas também e fortemente pela via discursiva, seja por estratégias de visibilização dos discursos que lhes sustentam, seja pelo apagamento dos discursos concorrentes e silenciamento das vozes que poderiam se opor à sua hegemonia.

Mas a produção dos documentários que aqui estão em pauta não devem ser inscritas apenas em uma forma de concorrência por visibilidade. Tanto quanto seu conteúdo milita por um modelo outro de agricultura e desenvolvimento, tais documentários se inscrevem no esforço que lhe transcende de um modelo de comunicação que não centraliza a voz, mas busca fazer convergir diferentes vozes, com diferentes capitais simbólicos e promover a escuta e amplificação do que costuma ser silenciado. Nos termos das epistemologias do Sul, estaríamos falando numa ecologia de saberes (Santos, 2006), no que respeita

ao modo de articulação dos conteúdos. A ecologia dos saberes iria além de uma polifonia dialógica, ao modo de Bakhtin (1997); esta permite caracterizar o fenômeno da linguagem como ontológico (ou se é dialógico ou não se é) e entender a língua como arena das disputas simbólicas, ao sinalizar a existência de diferentes “sotaques”, com diferentes repercussões sobre os efeitos de linguagem. A ecologia dos saberes, por sua vez, favorece a compreensão das disputas pelo modo de hierarquização dos saberes e pelos critérios do que vai ser mostrado ou ocultado. Podemos pensar numa articulação sinérgica entre os dois referenciais como muito produtiva para a análise de processos como aqui os enfocados.

O sucesso ou insucesso dos documentários em sua proposta de ser o espaço de uma ecologia de saberes só poderá ser afirmado a partir de pesquisas que tenham categorias analíticas apropriadas para estes fins e que possam observá-los não apenas em suas instâncias de produção, mas também de circulação e apropriação. Mas certamente eles são parte do esforço de prover os movimentos camponeses de melhores condições de luta por saúde e por seus direitos. Por outro lado, são um espaço de articulação de diferentes campos, como saúde, comunicação, meio ambiente, desenvolvimento, agricultura, política entre outros, desfragmentando o que os interesses hegemônicos fragmentam e, assim, fragilizam.

Nessa discussão, podemos perceber a comunicação como dimensão constituinte e constitutiva dos processos de determinação social da saúde (Araujo, 2014), assim como dos processos de negligenciamento em saúde (idem) Pois, trata-se de (Araujo, 2014), dimensão silenciada nos estudos sociais nesse campo, provavelmente como efeito do modelo instrumental de comunicação, dominante no campo da Saúde.

Os movimentos sociais, cineastas e cientistas militantes que se articulam em torno da luta contra as consequências predatórias do agronegócio e seus efeitos nefastos sobre a saúde dos trabalhadores, formam comunidades discursivas (Maingueneau, 1993; Araujo, 2004) que acreditam e buscam essa forma de poder, ao mesmo tempo que afirmam a comunicação como espaço de construção de conhecimentos científicos e de cidadania na construção da saúde coletiva. Reafirmam, assim, a dimensão comunicacional das lutas sociais.

A prática do silenciamento e/ou modo de visibilização dos interesses camponeses e dos movimentos sociais pela grande mídia pode ser vista como o modo de produção de mais uma linha abissal, conformando um Norte que detém os meios de produção da comunicação em larga escala e tem profundas associações com os interesses do agronegócio e um Sul que carece desses meios. A produção de audiovisuais para serem exibidos no âmbito das comunidades rurais e dos movimentos sociais não é nova, como não são novos a luta contra os agrotóxicos e modelo agroindustrial, o processo de invisibilização dos discursos contra-hegemônicos e dos interesses das porções periféricas da população. Mas, o processo que aqui enfocamos inscreve-se em outro momento histórico, perpassado e fortemente condicionado pelo advento de tecnologias comunicacionais que permitem uma ampla circulação dos discursos contra hegemônicos por canais da internet, por exemplo o YouTube que, associado às redes sociais, ampliam muito a possibilidade de disputar os sentidos sobre os fatos da vida e da sociedade, como os que envolvem o agronegócio e os agrotóxicos. A grande mídia ainda permanece como elemento centrífugo na disputa pelo poder simbólico, reforçada pelos recentes movimentos políticos de direita na América Latina, que abortaram um movimento ainda recente e tímido de avanços em relação à compreensão do que é uma comunicação pública, com reverberações sobre a concentração dos meios de produção nas mãos apenas dos grandes grupos econômicos. Nesse âmbito hoje podemos ter mais esperanças de um melhor equilíbrio entre forças centrípetas e centrífugas da sociedade, no que tange à circulação discursiva.

4. Comunicação, audiovisual e produção de conhecimento na perspectiva das epistemologias do Sul e da ecologia de saberes

A produção de documentários decorrentes da articulação dos movimentos sociais com diversos grupos, em especial acadêmicos, assim como a disputa política nas quais estão inseridas podem ser pensadas a partir da ideia de que uma pluralidade de vozes em diálogo também implica, epistemologicamente, numa pluralidade de saberes em relação.

Por outro lado, o modo de se fazer pesquisa e gerar conhecimento produz tanto a invisibilização de saberes quanto a emergência de novas epistemologias. A invisibilização se dá pela filiação a paradigmas que constroem formas muito particulares de ver o mundo e os fenômenos que se quer compreender,

excluindo outras possibilidades. Quanto mais monodisciplinar e restrita, mais a ciência se aproxima do que Santos (2002) denomina de monocultura do saber. A emergência de novas epistemologias, particularmente na perspectiva do Sul, ocorre a partir de saberes e experiências invisibilizadas pela ciência e pelos processos comunicacionais hegemônicos, dependendo de um modo... de produção de conhecimentos que abarque distintos saberes por meio de processos dialógicos, na direção do que o autor denomina ecologia de saberes.

As proposições de epistemologias do Sul e ecologia de saberes, articuladas, nos fazem ver o que em geral não se percebe: que a dimensão comunicacional de qualquer processo social guarda estreita relação com sua dimensão epistemológica. Em se tratando de processos de luta contra hegemônica, essa relação se torna incontornável como fundamento analítico. Como ponto de partida, podemos dizer que uma comunicação que seja incorporada em processos emancipatórios se obriga à desconcentração da palavra, abrindo espaço para a emergência de saberes que confrontam os instituídos e favoreça novas epistemes conectadas às lutas sociais. A pluralidade de comunidades discursivas pode ser um indicador desse processo, se associada a uma perspectiva da ecologia dos saberes.

A transição paradigmática proposta por Santos, Meneses & Nunes (2004) sugere a busca permanente de novos espaços e experimentação dos saberes desprezados, expressos na proposição de uma sociologia das ausências, que opera sobre as invisibilidades decorrentes da dominação colonial, eurocêntrica e capitalista do Norte Global. Como contraponto, sugere uma sociologia das emergências, que se propõe a imprimir visibilidade a saberes que indiquem possibilidade de transição paradigmática, provenientes principalmente do Sul Global (Santos, 2002).

Nessa perspectiva, o conhecimento é produzido na relação intersubjetiva que emerge do contato de diferentes epistemes (Nunes, 2008), já que as diferenças só se manifestam em relação. Diversos autores têm tratado conceitualmente essa característica relacional e dialógica na produção de conhecimentos em processos emancipatórios, e em Santos (2007) tal perspectiva é central na proposição de uma ecologia de saberes.

Na perspectiva comunicacional que adotamos, o audiovisual não é visto apenas por sua dimensão instrumental, mas também por uma racionalidade estético-expressiva, que tem sido negada pela razão ocidental, denominada por Santos (2000) de razão indolente: uma razão impotente (que não atua diante de necessidades exteriores a ela mesma), arrogante, metonímica (que se reivindica como a única forma de racionalidade) e proléptica, por não pensar o futuro em função das características anteriores. Os documentários podem assim ser analisados pelas lentes do conhecimento e da descolonização do saber. Para Santos (2002), deixou de ser possível conceber estratégias emancipatórias genuínas no âmbito do paradigma dominante, sendo necessária uma transição paradigmática que se propõe enfrentar a colonialidade do saber e do poder (Quijano, 2005).

Na obra de Boaventura de Sousa Santos, as epistemologias da cegueira e da visão, as sociologias das ausências e emergências, as epistemologias do Sul e a ecologia de saberes são centrais para essa transição. Santos (2000) define a epistemologia da cegueira como aquela que exclui, ignora, silencia, elimina e condena à não-existência epistêmica tudo o que não é suscetível de ser incluído nos limites de um conhecimento que pretende conhecer para dominar. Uma alternativa em oposição seria a construção de uma epistemologia da visão, que buscaria reconhecer as ausências e as emergências em que se configuram outros presentes e outros futuros. Portanto, para o autor, as condições de realização de futuros possíveis pautados em processos emancipatórios apontam a tarefa de desenvolver uma sociologia das ausências e das emergências.

Em ensaio específico que discute tais conceitos, Santos (2002) parte de três pressupostos: (i) que a compreensão do mundo excede em muito a compreensão ocidental do mundo, pautada em uma razão indolente, impotente e arrogante que conforma a ideia de uma razão moderna única e verdadeira, a razão metonímica, que se reivindica como a única forma possível ou verdadeira de racionalidade; (ii) a compreensão do mundo e a forma como ela cria e legitima o poder social tem muito que ver com concepções do tempo e da temporalidade; (iii) finalmente que a concepção ocidental de racionalidade baseia-se, de uma lado, na contração de um presente rasteiro, entrincheirado entre o passado e o futuro; e por outro, em expandir o futuro indefinidamente

a ponto de vivermos a perplexidade característica de nossa civilização: a fugacidade da vida presente. Para enfrentar essa crise, Santos nos propõe uma inversão: expandir o presente e contrair o futuro para criar as condições de resgate das inúmeras experiências sociais com potencial emancipatório. Dessa forma, para expandir o presente é proposta uma sociologia das ausências; para contrair o futuro, uma sociologia das emergências.

A sociologia das ausências busca demonstrar que o que não existe na visão ocidental é, em grande medida, resultado de um processo ativo de invisibilização de realidades consideradas desqualificadas, ininteligíveis e descartáveis. Portanto, o objetivo central da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis e, a partir daí, transformar as ausências em presenças. Sua tarefa seria então quebrar as cinco monoculturas de nossa civilização ocidental: (i) do saber que transforma a ciência moderna e a cultura erudita em critérios únicos de verdade e de qualidade estética; (ii) do tempo linear com a ideia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos e o que se opõe a essa direção é atrasado, primitivo, obsoleto, subdesenvolvido; (iii) da naturalização das diferenças e das hierarquias, base dos diferentes racismos e sexismos; (iv) da lógica da escala dominante, que na modernidade ocidental aparece sob duas formas principais, o universal e o global, as quais definem entidades ou realidades em outras escalas como particulares, locais, excêntricas; (v) por fim, a monocultura dos critérios de produtividade capitalista com sua lógica produtivista que torna inquestionável o crescimento econômico, sendo outras realidades consideradas como improdutivas, estéreis, profissionalmente desqualificadas ou decorrentes da “preguiça”. Dessa forma, são constituídas as cinco principais formas sociais de não-existência produzidas ou legitimadas pela razão metonímica: o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo.

Nesse quadro conceitual, é preciso considerar e dar credibilidade às alternativas e experiências contra hegemônicas que criam melhores condições para as disputas políticas e argumentativas com as experiências hegemônicas. Para isso, é necessário identificar os modos de confrontar e superar a concepção de totalidade que a razão metonímica sustenta, o que implica em cinco ecologias em oposição às cinco monoculturas: (i) a dos saberes; (ii) das temporalidades; (iii) dos reconhecimentos; (iv) das trans-escalas; por fim (v) da produtividade concebida para além da lógica capitalista.

Enquanto a sociologia das ausências visa dilatar o presente pelo resgate das experiências e saberes existentes, porém invisibilizados, a sociologia das emergências tem por missão a contração do futuro. Isto é, substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear da modernidade capitalista, “um vazio que tanto é tudo como é nada” (Santos, 2002:254), por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através de inúmeras atividades de cuidado, solidariedade, de outras formas de se relacionar com a natureza. Um movimento latente que, embora não completamente determinado e com inúmeras incertezas, se expressa de muitas formas e pode significar uma tendência, um processo de natureza emancipatória, um “ainda-não” de natureza libertária. Um retorno ao mundo das possibilidades, desprezado, segundo o autor, pela filosofia ocidental. Os momentos dessa possibilidade enquanto potência transformadora seriam a “carência (manifestação de algo que falta), a tendência (processo e sentido) e a latência (o que está na frente desse processo)” (Santos, 2002:256). A sociologia das emergências é, em decorrência, “a investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas” (2002:256) por meio de experimentos sociais em andamento.

Para Santos, “enquanto a sociologia das ausências se move no campo das experiências sociais, a sociologia das emergências move-se no campo das expectativas sociais” (2002:257). Ambas apontam uma direção importante para uma comunicação transformadora na construção de outros presentes e seus decorrentes futuros. Permitem uma ampliação e pluralização dos saberes e práticas, identificando neles e seus agentes as tendências de futuro que podem maximizar a probabilidade de esperança em contraposição à frustração. Isso tem a ver com a ideia da imaginação sociológica (Santos, 2002) e seu duplo objetivo: conhecer melhor as condições de possibilidade da esperança e definir princípios de ação que promovam a realização dessas condições.

Boaventura de Sousa Santos reconhece a relevância do audiovisual ao considerar as experiências de comunicação e de informação como objetos relevantes para as sociologias das ausências e emergências. Elas levantam diálogos e conflitos possíveis derivados da revolução das tecnologias de comunicação e de informação, entre os fluxos globais de informação e os meios de comunicação social globais, as redes de comunicação independente transnacionais, regionais e locais e as diferentes mídias independentes alternativas. Consideramos a produção e circulação de documentários elementos relevantes nessa perspectiva, potencialmente canalizadores de

sinergias de transformação e as lutas contra os agrotóxicos e pela agroecologia como experimentos sociais que nos convidam tanto a dar visibilidades como construir novos presentes e futuros possíveis a partir dos anúncios em torno da produção de alimentos saudáveis com economias solidárias e novos paradigmas na relação entre sociedade, trabalho e natureza.

Ao delinear a produção de documentários no âmbito das lutas dos movimentos sociais contra o agronegócio e os agrotóxicos como objeto de atenção e de investigação, temos a esperança de algum modo estarmos colaborando nesse intento de desconstruir e superar a razão metonímica. Ao enfocarmos particularmente a dimensão comunicacional desses processos sociais, sob a égide da produção social dos sentidos, estamos também tentando produzir evidências e reflexões sobre a importância da dimensão simbólica na identificação, caracterização e delineamento das ausências e das emergências.

Se ausências e emergências podem ser mais visíveis com a expansão do presente e a contração do futuro, como propõe Santos (2002), contrariando a lógica do que ele chamou de “razão indolente”, os documentários que tratam do tema dos agrotóxicos, compartilhem das experiências e vivências dos camponeses e denunciem as consequências do agronegócio podem, em princípio, serem observados sob esta ótica. O tempo é o agora, em que espoliação e contaminação se dão de forma associada e concomitante; e o futuro já começou como possibilidade nos experimentos que falam de outra agricultura possível, outras relações sociais de trabalho, outros mercados, outras formas de se relacionar com a natureza.

Ampliando-se as aspirações, podemos pensar também em um futuro próximo, pesquisas que busquem avaliar para além da análise epistemológica, sociológica e semiológica dessa produção audiovisual e rastrear os modos de circulação e apropriação dos documentários, com suas reverberações nas lutas políticas e na vida das coletividades. Teremos, então, além de temas, vozes e discursos transformados em objetos possíveis (tarefa que Santos atribui à sociologia das ausências), processos de apropriação desses temas e discursos na vida concreta das famílias camponesas e do conjunto da sociedade, como moradores das cidades em busca de alimentos mais saudáveis e sustentáveis. Entendemos

que desta forma esses processos que são considerados ininteligíveis, portanto descartáveis (produzidos como não-existentes, nos termos de Santos), poderiam ser considerados numa nova ordem ontológica e epistemológica, pautada pela ideia das ecologias: dos saberes, das temporalidades, das escalaridades e das produtividades (Santos, 2002).

5. Considerações finais: processos comunicacionais e novas epistemologias a partir de linguagens sensíveis e criativas

Ao longo do texto buscamos compreender o potencial de documentários produzidos a partir de alianças entre movimentos sociais, cineastas e cientistas engajados em torno de lutas sociais como um espaço para a promoção, emergência e fortalecimento de novas comunidades discursivas, espaços que também contribuem para novas epistemologias. Inscritos de forma estruturante nas lutas sociais, nos processos comunicacionais e nas disputas epistemológicas, as relações de poder e o sistema de acumulação capitalista buscam não apenas invisibilizar as lutas e as proposições de alternativas, mas naturalizar e considerar inevitáveis ideias como a agricultura industrializada do agronegócio, as tecnologias e o modelo de ciência que sustentam tal agricultura e seus alimentos, assim como noções como progresso e moderno.

Uma crítica às estruturas hegemônicas de poder atua dialeticamente com uma desconstrução das suas políticas de dominação, paralelamente à construção e promoção da criatividade da ação coletiva e individual, já que o coletivo não deveria ser construído para esmagar a criatividade que existe no seio das coletividades e das pessoas. Neste sentido, as novas agendas políticas fortalecidas ao longo do século XX e que fizeram emergir novos movimentos sociais – como o feminismo, o ecologismo, a luta contra o racismo e diversas formas de discriminação relacionadas à dimensão étnica ou da sexualidade – trazem à tona dinâmicas fundamentais para serem articuladas simultaneamente com processos políticos, econômicos, culturais, institucionais e científicos em torno de temas como a saúde, a produção de alimentos e a proteção ambiental.

Além de ser necessário reconhecer as várias formas de poder que permitam a ampliação do político, criando condições para a emergência dentro do político de formas mais plurais, horizontais e autônomas que possam se expressar através da radicalização do processo democrático, é igualmente necessário criar as bases expressivas e processos comunicacionais que ampliem os ciclos de debates e a transição paradigmática em situações de fronteiras e tensões.

Temas como a denúncia às mazelas do agronegócio e dos agrotóxicos compõem uma importante agenda política, epistemológica e comunicacional. Para além da denúncia, a iniciativa da agroecologia no Brasil se constitui como um dos projetos utópicos presentes no cotidiano de inúmeras comunidades do campo e que dão respostas concretas no presente a questões subjacentes à crise civilizatória que vivemos. A proposta agroecológica resgata práticas e saberes do campesinato e outros povos das florestas e águas, vinculados a uma busca da construção permanente de autonomia tanto no âmbito do trabalho, como na relação com a natureza que impregna cosmovisões e produções simbólicas presentes na cultura desses povos. Ao mesmo tempo, a agroecologia reconhece e busca a integração do conhecimento científico da natureza, das técnicas e do funcionamento da ecologia, da agronomia (renomeada como o estudo e prática em torno dos agroecossistemas), dos mercados com novos sentidos sociais, como os mercados institucionais, por exemplo, para as escolas públicas de uma região a partir de experiências de educação do campo e escolas da família agrícola, as feiras agroecológicas, dentre outras (Almeida, Petersen & Cordeiro, 2001).

Compreender práticas de comunicação nas lutas contra os agrotóxicos e pela agricultura camponesa e agroecológica significa percebê-las como produtoras de sentidos por meio de comunidades discursivas e processos dialógicos. A produção e a circulação de audiovisuais como o documentário podem ser percebidas como estratégia de fazer ouvir vozes e discursos habitualmente silenciados, de desconstruir e reconstruir versões e valores em torno de questões como os problemas de saúde, a produção de alimentos, a crise ambiental e alternativas de sociedade. A isto, soma-se sua propriedade de liberar forças criativas e expressivas impulsionadas pela busca imaginativa de sentidos de beleza e de justiça que compõe a vida de qualquer comunidade ou civilização.

Para uma transformação no sentido de uma sociedade que se pautar por uma perspectiva emancipatória, é preciso entender os projetos de sociedade em disputa em situações concretas e pensar nas formas de promover a criatividade individual e coletiva a partir destes espaços de emergência de transformação, onde há tensões, conflitos e opressão, mas também alternativas a esta opressão. Nesse sentido, a construção de agendas políticas dentro e entre distintos movimentos sociais busca verificar de que maneira cada uma destas agendas de opressão e de libertação podem articular entre si em novas constelações, considerando as várias tensões que surgem nesse processo de diálogo e articulação. A produção de documentários, em contextos que se contrapõem às perspectivas dominantes e socialmente injustas, pode favorecer a emergência dessas novas constelações, por propiciarem processos criativos que valorizam experiências humanizadoras para além da gramática da linguagem textual e discursiva, ampliando e articulando novos sentidos de saúde, em suas múltiplas interfaces.

Bibliografia

- ALMEIDA, S. G., PETERSEN, P. & CORDEIRO, A. (2001). *Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios a formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola*. Rio de Janeiro: ASPTA.
- ARAUJO, I. S. (2004). Mercado Simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas. *Interface Comunicação, Saúde, Educação*, 8 (14): 165-177.
- _____. (2014). Comunicação, Saúde e Cidadania no Brasil. *Comunicação, Desenvolvimento & Sustentabilidade*, 111-122.
- ARAUJO, I. S. & CUBERLI, M. (2015). Comunicación y Salud em America Latina. Un campo en permanente movimiento. En C. Bolaño, D. C. Druetta & G. Cimadevilla (Ed.), *La contribución de América Latina al campo de la comunicación - Historia, enfoques teóricos, epistemológicos y tendencias de la investigación* (pp. 338-390). Buenos Aires, Argentina: Editorial Prometeo.
- BAKHTIN, M. (1997). *Estética da Criação Verbal*. Editora Martins Fontes, São Paulo.
- BREILH, J. (2006). *Epidemiologia Crítica: Ciência Emancipadora e Interculturalidade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- CARNEIRO, F. F. *et al.* (2005). Dossiê ABRASCO: *um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Expressão Popular.
- CHOMSKY, N. (1995). El control de los medios de comunicación. En N. Chomsky & I. Ramonet, *Cómo nos venden la moto* (pp.7-53). Barcelona: Ed. Icaria.
- DETONI, M. (2010). O audiovisual da não-ficção e a “Maldição do jornalístico”. *Estudos em Comunicações*, 2(7), 63-84.
- GOHN, M. G. (2008). Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América latina. *Caderno CRH*, Salvador, 21(54), 439-455.
- HESPANHOL, R. A. M. (2013). Programa de Aquisição de Alimentos: Limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 25(3), 469-483.
- KAPLÚN, M. (2008). Processos educativos e canais de comunicação. *Comunicação & Educação*, 14, 68-75.
- LITTLE, P. E. (2002). *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília: Universidade de Brasília.
- MAINGUENEAU, D. (1993). *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes/UNICAMP.

- NUNES, J. A. (2008). O resgate da epistemologia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 45-70.
- OLIVEIRA, A. U. D. (2001). A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos avançados*, 15(43), 185-206.
- PETERSEN, P. (2009). Introdução. En P. Petersen (Ed.), *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA.
- PINTO, M. J. (2002). *Comunicação e discurso: introdução à Análise de Discursos*. São Paulo: Hacker, 2ª edição.
- PORTO, M. F. (2012). *Uma Ecologia Política dos Riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- PORTO, M. F., ROCHA, D. F. & FINAMORE, R. (2014). Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 19(10), 4071-4080.
- PREVITALI, F. S., FAGIANI, C. C., GIL, A. D. & LUCENA, C. A. (2013). Educação e cinema: formação política e prática pedagógica junto aos movimentos sociais populares do Campo. *Revista HISTEDBR On-Line*, 13(50), 161-178. Recuperado de <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640300>.
- QUIJANO, A. (2005). Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estudos Avançados*, 19(55).
- RIGOTTO, R. M., CARNEIRO, F. F., MARINHO, A. M. C. P., ROCHA, M. M., FERREIRA, M. J. M., PESSOA, V. M., TEIXEIRA, A. C. A., SILVA, M. L. V., BRAGA, L. Q. V. & TEIXEIRA, M. M. (2012). O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(06), 1533-1542.
- SANTOS, B. S. (2000). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, 237-280.
- _____. (2006). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*, S. Paulo: Cortez.
- _____. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos-CEBRAP*, (79), 71-94.

- SANTOS, B. S., MENESES, M. P. & NUNES, J. A. (2004). Introdução: Para Ampliar o Cânone da Ciência. A diversidade epistemológica do mundo. En B. S. Santos, *Semear Outras Soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Afrontamento.
- VAN DER PLOEG, J. D. (2008). *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS.
- VERÓN, E. (1980). *A produção do sentido*. São Paulo, Cultrix/USP.

Biografia

Marina Tarnowski Fasanello

Em Estágio Doutoral no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Bolsista FAPERJ NOTA10. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Membro do Grupo de Pesquisa Comunicação e Saúde do CNPq. Mestre em Educação na UFRJ- Cinema e Educação. Possui graduação em Jornalismo pela UGF e em Pedagogia pela UERJ. Arte-educadora com especialização pedagogia Waldorf. Membro fundador da Escola Granada (Centro de pesquisa e estudos sobre literatura oral), de publicações de livros e cursos de formação de professores no “Processo Criativo da Arte de Contar Histórias”.

marina.fasanello@icict.fiocruz.br

Inesita Soares de Araujo

Doutora em Comunicação e Cultura, pós-doutorado no CES - Coimbra. Investigadora do Laboratório de Comunicação e Saúde e professora do PPGICS, na Fiocruz. Coordenadora do GTComunicación y Salud da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación e líder do Grupo de Pesquisa Comunicação e Saúde (CNPq). Dedicar-se à relação entre Comunicação e Políticas Públicas, atualmente com ênfase nas relações entre comunicação e desigualdade social na saúde.

inesita.araujo@icict.fiocruz.br

Marcelo Firpo Porto

Atualmente é investigador visitante do CES - Coimbra (2016-2017). Investigador da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. Membro da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). Está envolvido com a Campanha Contra os Agrotóxicos e é um dos autores do Dossiê Agrotóxicos da Abrasco. Trabalha no desenvolvimento de um enfoque socioambiental crítico e transdisciplinar.

marcelo.firpo@ensp.fiocruz.br